

DESIGUALDADE

Espanha e Brasil propõem taxar super-ricos

Brasil e Espanha lançaram durante conferência da ONU em Sevilha, uma proposta para a criação de um sistema global de tributação voltado aos super-ricos. A ideia é que os mais ricos do mundo passem a pagar proporcionalmente

mais impostos, numa tentativa de enfrentar o avanço da desigualdade de renda. "A desigualdade é um problema em todos os lugares, e os mais ricos pagam menos do que a classe média, até menos do que os contribuintes de baixa renda",

disse o secretário de Fazenda da Espanha, Jesús Gascón. O comunicado divulgado pela ONU destaca que a parcela mais rica da população mundial, o 1% do topo, concentra mais riqueza do que os 95% restantes somados. **PÁGINA 6**

SERVIÇO PRIVADO

PMs forçavam comerciantes a pagar por segurança

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) realizou ontem uma operação contra 11 policiais militares lotados no batalhão de Belford Roxo, na Baixada Fluminense. Eles foram denunciados à Justiça Militar por prestar serviço de segurança armada privada a comerciantes do município, durante o horário de serviço e usando toda a estrutura da corporação. Os acusados vão responder na Justiça pelo crime de organização criminosa, corrupção passiva e peculato. A ação contou com apoio da Coordenadoria de Segurança e Inteligência do MPRJ e da Corregedoria-Geral da Polícia Militar. Os militares Jaime Vicente, Rodrigo Viana, Ivaney Gama, Rodrigo de Oliveira, Pablo Regis, Ubiratan Ferreira, André Monsores, Rafael Santos e Rafael Carvalho foram presos durante a ação. Outros dois policiais militares ainda não foram localizados, são eles: Felipe da Silva e Marcelo Silva. Os mandados de prisão foram expedidos pelo Juízo da Auditoria da Justiça Militar.

ANA

Brasil tem 241 barragens com riscos de segurança

PÁGINA 5

DELAÇÃO DE CÍD

Moraes exige que advogado de Bolsonaro fale à PF

PÁGINA 5

PLANO SAFRA

Governo Lula injetará R\$ 516,2 bi no financiamento do agronegócio

MARCELO CAMARGO/ABRASIL



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (**foto**) lançou, ontem, o Plano Safra 2025/2026, com R\$ 516,2 bilhões para o financiamento da agricultura e da pecuária empresarial no país. O crédito vai apoiar grandes produtores rurais e cooperativas com R\$ 447 bilhões, e produtores enquadrados no Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) com R\$ 69,1 bilhões. O valor é R\$ 8 bilhões maior em

relação à safra anterior e contempla operações de custeio, comercialização e investimento. As condições variam de acordo com o perfil do beneficiário e o programa acessado. O crédito de custeio também poderá ser destinado à produção de sementes e mudas de essências florestais, nativas ou exóticas, e ao reflorestamento, com o objetivo de valorizar iniciativas voltadas à preservação ambiental. **PÁGINA 2**

GUERRA POLÍTICA

JOSÉ CRUZ/ABRASIL



AGU: Congresso afeta separação entre Poderes ao derrubar IOF

O recurso apresentado pela Advocacia-Geral da União (AGU) ao Supremo Tribunal Federal (STF) ontem foi decidido com base em um estudo técnico que concluiu que a medida do Congresso Nacional violou o princípio da separação entre os Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). Segundo o ministro da AGU, Jorge Messias (**foto**), o estudo foi previamente informado aos presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e Hugo Mota (Republicanos-PB). "Tendo a AGU concluído que o ato que o presidente adotou é um ato constitucional, válido, não nos restou outra alternativa que não propor a ACD", declarou Messias a jornalistas. **PÁGINA 5**

INDICADORES																							
IBOVESPA 1,45% / 138.854,60 / 1.988,81 / Volume: 20.560.938.188 / Negócios: 3.779.513							Bolsas no mundo			Salário mínimo	R\$ 1.412,00	IGP-M	-0,49% (mai.)	EURO turismo									
Mais Negociados				Maiores Altas			Maiores Baixas			Fechamento		%	Ufir-RJ	R\$ 4,5373	IPCA	0,26% (mai.)	Compra: 6,4857	Venda: 6,6657					
Preço		%	Oscil.	Preço		%	Oscil.	Preço		%	Oscil.	Taxa Selic (18/06)	15%	CDI (18/06)	14,90%	OURO BM&F/grama/RJ	R\$ 579,09	DÓLAR Ptax - BC					
MAGAZINE LUIZA ON NM		9,85	+5,91	+0,55	TECNISA ON NM		1,72	+40,98	+0,50	KARSTEN ON								34,18	-18,21	-7,61	Compra: 5,4571		-0,34%
AMBEV S/A ON		13,32	+1,29	+0,17	INFRACOMM ON NM		0,060	+20,00	+0,010	CEMEPE PN								4,05	-15,63	-0,75	DÓLAR comercial		
B3 ON EJ NM		14,58	+3,26	+0,46	INEPAR ON		2,26	+9,18	+0,19	ESTRELA PN								3,10	-11,43	-0,40	Compra: 5,4329		Venda: 5,4335
BRADESCO PN N1		16,83	+1,57	+0,26	TIME FOR FUNON NM		6,99	+8,54	+0,55	BRB BANCO PN								8,56	-10,74	-1,03	DÓLAR turismo		
ITAUNIBANCPON N1		36,95	+1,87	+0,68	AZT ENERGIA ON		0,540	+8,00	+0,040	SANTANENSE PN		2,28	-10,24	-0,26	CAC 40		7.665,91	-0,33					

MERCADOS

Com giro fraco, Bolsa sobe 0,5% e retoma linha de 139 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) iniciou julho marcando o terceiro maior nível de fechamento da história, em alta de 0,5% ontem, aos 139.549,43 pontos, com giro enfraquecido a R\$ 17,1 bilhões na sessão. Entre a mínima e a máxima, oscilou de piso na abertura aos 138.854,89 até os 139.695,23 pontos. Na semana, em alta pelo segundo dia, sobe 1,96%, colocando o avanço no ano a 16,02% - estendendo o ganho de 15,44% do primeiro semestre, seu melhor desempenho no intervalo desde 2016.

Com apoio dos carros-chefes das commodities, Vale (ON +1,36%) e Petrobras (ON +0,41%, PN +0,35%), o índice da B3 recuperou a linha dos 139 mil pontos em encerramento pela primeira vez desde 16 de junho - e obteve um nível de fechamento superado apenas pelo recorde de 140.109,63, do fechamento de 20 de maio, e o do dia anterior (19 de maio), então a 139.636,41 pontos.

O avanço de Vale ON, a ação de maior peso individual na carteira Ibovespa, ocorreu a despeito do minério de ferro

- que hoje fechou em queda de mais de 1% em Dalian, China, ainda abaixo de US\$ 100 por tonelada.

Outro setor de peso na composição do Ibovespa, o financeiro, também foi bem nesta terça-feira - à exceção no fechamento de BB (ON - 0,81%) -, com ganhos entre 0,46% (Itaú PN) e 2,02% (Santander Unit, na máxima do dia no encerramento). Na ponta ganhadora do dia, Embraer (+4,42%), Cosan (+3,06%) e Pão de Açúcar (+2,6%). No lado oposto, Azzas (-4,42%), Asaí (-3,2%) e Natura (-2,26%).

DÓLAR

Após três pregões seguidos de queda, o dólar à vista fechou a sessão de ontem, em alta de 0,5%, a R\$ 5,4612, com máxima a R\$ 5,4699 à tarde.

Embora analistas avaliem que há boas chances de nova rodada de apreciação do real no curto prazo, a tendência é que investidores adotem uma postura mais cautelosa daqui para frente, uma vez que o dólar recuou 4,99% em junho e fechou o primeiro semestre com desvalorização de 12,07%, nos menores níveis desde meados de setembro.

CONTAS PÚBLICAS

Ministra: ‘cortarna carne’ é tirar serviços da população

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

A ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, rebateu ontem sugestões de que o governo precisa cortar “na própria carne” para equilibrar as contas públicas. As declarações foram em conversa com jornalistas sobre os efeitos da decisão do Congresso que derrubou o decreto elaborado pelo governo federal que aumenta alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

“Quando a pessoa fala ‘o governo tem que cortar na carne’, eu acho esse um ponto importante: não existe, o governo não está cortando nele mesmo. Quando corta um benefício social, ele está cortando da população. É isso que a gente tem discutido, que essa talvez não seja a melhor solução”, comentou.

As declarações da ministra foram após a participação no seminário Governança e Estratégias Públicas em Inteligência Artificial, organizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), na sede da instituição, no Rio de Janeiro. “Quando falam: ‘tem que tirar os pisos de saúde e educação’, saúde e educação não é dinheiro para o governo, é dinheiro para a população brasileira. Quem recebe saúde e educação públicas é a população, e a gente tem trabalhado muito para melhorar justamente a qualidade de serviços públicos”, completou Esther Dweck.

DECRETO DERRUBADO

O decreto sobre o IOF era

uma das alternativas elaboradas pelo Ministério da Fazenda para aumentar a arrecadação e contribuir com o arcabouço fiscal - conjunto de normas para controlar a expansão dos gastos do governo.

Para o governo, as regras do decreto corrigiam injustiças tributárias de setores que não pagam imposto sobre a renda. Entre as medidas propostas estavam o aumento da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) tanto das apostas eletrônicas, as chamadas bets, de 12% para 18%; quanto das fintechs (empresas financeiras com uso intensivo de tecnologia), de 9% para 15%, igualando aos bancos tradicionais.

Também havia a previsão da taxação das Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), títulos de renda fixa que, atualmente, são isentos de Imposto de Renda.

CONTINGENCIAMENTO

De acordo com a ministra da Gestão e da Inovação, a receita prevista pelo decreto “era muito importante”, e se não tiver como compensar essa perda, “tem que ampliar o contingenciamento”.

O contingenciamento de recursos ocorre quando há falta de receitas que compromete o cumprimento da meta de resultado primário, que é o resultado das contas do governo - receitas menos despesas — sem incluir na conta o gasto com juros da dívida pública. Esther Dweck reconheceu que menos recursos vão afetar os serviços.

PLANO SAFRA

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou, ontem, o Plano Safra 2025/2026, com R\$ 516,2 bilhões para o financiamento da agricultura e da pecuária empresarial no país. O crédito vai apoiar grandes produtores rurais e cooperativas com R\$ 447 bilhões, e produtores enquadrados no Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) com R\$ 69,1 bilhões.

O valor é R\$ 8 bilhões maior em relação à safra anterior e contempla operações de custeio, comercialização e investimento. As condições variam de acordo com o perfil do beneficiário e o programa acessado.

O crédito de custeio também poderá ser destinado à produção de sementes e mudas de essências florestais, nativas ou exóticas, e ao reflorestamento, com o objetivo de valorizar iniciativas voltadas à preservação ambiental. Ainda nesse contexto, será permitido o financiamento de culturas de cobertura, que ajudam a preservar o solo entre uma safra e outra.

Durante evento no Palácio do Planalto, Lula afirmou que a produtividade agrícola do Brasil está diretamente ligada à capacidade de proteção ao meio ambiente. Para ele, essa compreensão deve permear todo o setor e a sociedade, colocando o país como líder na produção de alimentos.

“O grande sucesso não é só o aumento da capacidade produtiva ou o aumento da quantidade de mercados que nós conseguimos. O grande sucesso é um aprendizado de todos nós. É o aprendizado de que fazer a preservação adequada e necessária ao país, de preservar os nossos rios e os nossos mananciais, de

recuperar a terra degradada, a gente vai percebendo, com o tempo, que está produzindo mais em menos hectares”, disse, lembrando que o país ainda tem 40 milhões de hectares de terras degradadas.

“A gente está ganhando mais porque aumentou a qualidade dos produtos que nós estamos plantando, por conta dos avanços genéticos e tecnológicos. E a gente está percebendo que o mundo tinha ojeriza ao Brasil, que era conhecido como país do desrespeito. E é essa compreensão que a sociedade brasileira, os empresários, o pequeno e médio agricultor foram tendo que permite que o Brasil passe a ser um país respeitado e, cada vez mais, as pessoas têm menos medo da gente”, acrescentou.

Do total disponibilizado neste Plano Safra, R\$ 414,7 bilhões serão para custeio e comercialização e R\$ 101,5 bilhões para investimentos. As taxas de juros para custeio e comercialização serão de 10% ao ano para os produtores do Pronamp e de 14% ao ano para os demais produtores. Já para investimentos, as taxas de juros variam entre 8,5% ao ano e 13,5% ao ano, de acordo com o programa.

“Os produtores que adotarem práticas sustentáveis terão acesso a condições diferenciadas, como juros reduzidos”, destacou o governo.

O governo prorrogou para o período de 1º de julho de 2025 a 30 de junho de 2026 a aplicação do desconto de 0,5 ponto percentual na taxa de juros das operações de crédito rural de custeio. A medida vale para produtores enquadrados no Pronamp e para os demais produtores que investirem em atividades sustentáveis, respeitados os limites definidos em cada instituição fi-

nanceira para o ano agrícola.

SUSTENTABILIDADE

Também a partir deste ano, o crédito rural de custeio agrícola passa a exigir as recomendações do Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc), ferramenta que identifica áreas e épocas de plantio com menor risco de perdas devido a eventos climáticos adversos.

Anteriormente, a exigência era restrita a operações de até R\$ 200 mil contratadas por pequenos agricultores do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) com enquadramento no seguro rural do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro). Agora, ela se estende a financiamentos acima desse valor e a contratos em que o Proagro não é exigido.

“O objetivo é evitar a liberação de crédito fora dos períodos indicados ou em áreas com restrições, e contribuir para maior segurança e sustentabilidade na produção”, explicou o governo. A exceção é para os casos em que não houver zoneamento disponível para o município ou para a cultura agrícola financiada.

O subprograma RenovAgro Ambiental, voltado a práticas agropecuárias ambientalmente sustentáveis, passa a contemplar ainda ações de prevenção e combate a incêndios no imóvel rural, além de recuperação de áreas protegidas. Entre as novidades, está a possibilidade de uso dos recursos para a aquisição de caminhões-pipa ou carretas-pipa e, entre os itens financeiros, mudas de espécies nativas para a reposição e recomposição de áreas de preservação permanente e reservas legais.

OUTRAS AÇÕES

Uma das novas possibilidades do Plano Safra é a ampliação

do limite de renda para enquadramento no Pronamp, que passou de R\$ 3 milhões para R\$ 3,5 milhões por ano, permitindo que mais produtores tenham acesso às condições diferenciadas oferecidas pelo programa.

Outra mudança na edição deste ano do plano é a autorização para o financiamento de rações, suplementos e medicamentos adquiridos até 180 dias antes da formalização do crédito, o que flexibiliza o acesso aos insumos.

Já os programas voltados à modernização e inovação tecnológica no campo — ModerAgro e InovAgro — foram unificados para simplificar o acesso ao crédito. Com isso, segundo o governo, houve aumento do limite disponível para investimentos em granjas, possibilitando que essas estruturas se mantenham sempre atualizadas em relação à sanidade animal.

O programa de armazenagem (PCA) também foi ampliado. O limite de capacidade por projeto passou de 6 mil para 12 mil toneladas, com o objetivo de melhorar a infraestrutura de estocagem e escoamento da produção rural.

Além disso, o novo ciclo do Plano Safra traz medidas para facilitar a renegociação de dívidas, oferecendo aos produtores que enfrentaram dificuldades em safras anteriores mais flexibilidade para reorganizar passivos e retomar o fluxo produtivo.

Complementando os valores para o setor rural, nesta segunda-feira (30), Lula anunciou o Plano Safra da Agricultura Familiar, com R\$ 89 bilhões em recursos e taxas de juros menores para o financiamento de pequenos produtores na produção de alimentos, aquisição de máquinas e práticas sustentáveis, como bionsumos, sociobiodiversidade e transição agroecológica.

CORTE DE GASTOS

Haddad diz que cesta básica e Simples devem ser preservados

CÍCERO COTRIM/AE

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que benefícios com previsão constitucional, como a cesta básica e o Simples Nacional, vão ser preservados do corte de gastos tributários estudado pela pasta, que deve ser encaminhada ao Congresso após o recesso parlamentar. O Broadcast mostrou, na última terça-feira, que a proposta não atingiria a cesta básica.

"Nós vamos apresentar uma proposta ao Congresso depois do recesso, com base nas conversas que foram mantidas com os líde-

res naquele domingo 8 de junho", disse Haddad a jornalistas na portaria da sede da Fazenda, em Brasília. "Eles pediram para preservar os benefícios constitucionais, e nós vamos fazer uma peça preservando esses setores: os que têm proteção constitucional, o Super Simples e a cesta básica."

Indagado sobre a possibilidade de o governo questionar no Supremo Tribunal Federal (STF) o decreto legislativo que derrubou o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), Haddad disse que seria "deselegante" antecipar uma decisão da Advocacia-Geral da União (AGU).

O ministro Jorge Messias, que comanda a Pasta, vai apresentar os resultados de uma análise jurídica sobre o tema nesta terça-feira, às 10h15.

O chefe da Fazenda repetiu que o governo respeita o Congresso e evitou responder sobre declarações do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). Na segunda-feira, Motta afirmou que alertou ao governo sobre a possibilidade de o Legislativo derrubar o decreto do IOF. Em um vídeo no Instagram, ele criticou a estratégia governista de acusar o parlamento de trair interesses do po-

vo, e disse que o Executivo quer criar "polarização social".

"Nós estamos respeitando o Congresso", disse Haddad. "Nós não sabemos a razão pela qual mudou o encaminhamento que tinha sido anunciado no domingo 8 de junho, mas vamos manter o diálogo para entender melhor o que se passou."

Haddad acrescentou que está aguardando o retorno de uma ligação que fez a Motta na semana passada, e disse que o presidente da Câmara é considerado um "amigo do Ministério da Fazenda" e é um dos parlamentares que mais frequentaram a Pasta.

Nota

CMN LIBERA R\$ 4,43 BILHÕES DO FAT PARA INVESTIMENTOS EM TECNOLOGIA

As indústrias terão R\$ 4,43 bilhões adicionais do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para financiarem investimentos em tecnologia. Em reunião extraordinária, o Conselho Monetário Nacional (CMN) ampliou de 1,5% para 2,5% o limite de saldo do FAT usado em linhas de crédito corrigidas pela Taxa Referencial (TR). Todo o incremento de 1 ponto percentual será destinado exclusivamente a linhas de crédito para investimentos e gastos em difusão tecnológica. Em nota, o Ministério da Fazenda

explicou que a medida atende a pedido do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), que constatou demanda reprimida por financiamentos do tipo. Por não envolver gastos primários da União, a medida não terá impacto nas metas do arcabouço fiscal. Segundo a Fazenda, a medida alavancará o apoio à indústria e ampliará o acesso a crédito com melhores condições financeiras, indexados a TR. A medida faz parte do programa Nova Indústria Brasil (NIB), lançado em 2023. A Missão 4 do NIB prevê elevar para 90% o nível de digitalização na indústria até 2033, por meio de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

GUERRA POLÍTICA

AGU: Congresso fere separação entre Poderes ao derrubar IOF

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

O recurso apresentado pela Advocacia-Geral da União (AGU) ao Supremo Tribunal Federal (STF) ontem foi decidido com base em um estudo técnico que concluiu que a medida do Congresso Nacional violou o princípio da separação entre os Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). Segundo o ministro da AGU, Jorge Messias, o estudo foi previamente informado aos presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e Hugo Mota (Republicanos-PB).

"Tendo a AGU concluído que o ato que o presidente adotou é um ato constitucional, válido, não nos restou outra alternativa que não propor a ACD", declarou Messias a jornalistas.

A AGU ajuizou no STF uma Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) para tentar reverter a derrubada, pelo Congresso Nacional, do decreto presidencial que propôs o aumento das alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

Na ação, a AGU pede que a Corte declare a constitucionalidade, ou seja, a legalidade, do

Decreto Presidencial nº 12.499/2025, restaurando seus efeitos. Responsável por defender os interesses da União, o órgão também requer que o STF reconheça, em caráter liminar, a inconstitucionalidade do Decreto Legislativo nº 176/2025, cuja aprovação, na semana passada, resultou na suspensão do aumento do IOF.

"E esta medida só foi adotada após a comunicação direta, pelas nossas lideranças, pela nossa ministra-chefe da Secretaria de Relações institucionais (Gleisi Hoffmann), aos chefes das duas Casas (Legislativas), que foram previamente informados da decisão do presidente da República (Luiz Inácio Lula da Silva)", acrescentou o ministro.

Na análise da AGU, a Constituição Federal concede ao chefe do Executivo federal a prerrogativa de legislar sobre o IOF dentro dos limites legais, de forma que, ao editar e aprovar um decreto legislativo que sustou o aumento das alíquotas do IOF, o Congresso Nacional feriu uma prerrogativa constitucional, violando o princípio da separação entre os Poderes.

Para a AGU, a manutenção

do Decreto Legislativo nº 176/2025 em detrimento do decreto presidencial resultará em "riscos fiscais graves ao Estado brasileiro", pois reduzirá "consideravelmente as estimativas de receitas para o exercício de 2025 e para os anos subsequentes". O órgão estima que, se o decreto legislativo for mantido, a União deixará de arrecadar, só em 2025, cerca de R\$ 12 bilhões em tributos.

De acordo com Messias, a ACD é necessária. Ela "visa preservar a integridade e a higidez do ato [o Decreto Presidencial nº 12.499/2025] do chefe do Poder Executivo". Ato, segundo o ministro, "que alterou, dentro dos limites e condições estabelecidos pela própria Constituição Federal, as alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras", destacou, acrescentando que o governo federal não renunciará às necessárias articulações políticas para tentar chegar a um acordo com o Congresso Nacional.

"Não gostaríamos que essa questão fosse desdobrada para outras finalidades. Nosso entendimento é que estamos diante de uma questão eminentemente

jurídica, técnica, e que precisa ser dirimida pelo STF", afirmou Messias.

"Mas, de nenhuma forma estamos colocando em xeque a interação sempre bem-vinda e necessária com o Congresso Nacional", assegurou o ministro, afirmando que a "discussão política anda em paralelo com a jurídica" e que o "presidente Lula tem um profundo respeito pelo Poder Legislativo". Além disso, para Messias, a decisão dos ministros do STF sobre o tema não interessa apenas à atual gestão.

"Temos uma grande preocupação de que a condução da política econômica e tributária seja preservada como uma atribuição própria do Poder Executivo Federal", explicou Messias. "É muito importante termos as condições de preservar, integralmente, as competências do chefe do Poder Executivo. Fundamentalmente, a democracia brasileira necessita de que os Poderes possam ser independentes".

Para o ministro da AGU, "(a ação ajuizada ontem) é um ato em favor de uma competência, de uma atribuição própria do Presidente da República", concluiu.

RAYSSA MOTTA/AE

O advogado Paulo Amador Cunha Bueno, que defende o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), negou ter procurado a família do tenente-coronel Mauro Cid para interferir na delação dele.

Em manifestação enviada ao gabinete do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), o advogado rebateu a versão do tenente-coronel e pediu dispensa do depoimento marcado para ocorrer nesta terça-feira, 1º, na Polícia Federal.

Moraes, no entanto, afirmou que não compete a ele "escolher a forma do ato investigativo" e manteve a oitiva.

Cunha Bueno será ouvido em um inquérito aberto por ordem de Moraes para verificar se houve obstrução de Justiça. Ele afirma que "os fatos foram distorcidos" por Mauro Cid para proteger a própria delação.

"O peticionário não interagiu com familiares do coronel Cid, no interesse de obter quaisquer informações sobre eventual acordo de colaboração premiada e, menos ainda, sobre a possibilidade de troca da banca de defesa do militar", alegou Cunha Bueno ao STF.

Em depoimento à PF, na semana passada, o tenente-coronel alegou que Cunha Bueno, Fábio Wajngarten, ex-assessor de Bolsonaro, e o advogado Eduardo Kuntz, responsável pela defesa do coronel Marcelo Câmara, fizeram contato com a mulher, a mãe e a filha menor de idade dele para tentar conseguir informações sobre o acordo de colaboração premiada e, com isso, "interferir nas investigações em andamento".

As acusações foram feitas depois que Eduardo Kuntz entregou ao STF mensagens que alega ter trocado com Mauro Cid por meio de um perfil no Instagram em nome de "Ga-

briela" (@gabrielar702). O advogado usou as conversas para pedir a anulação do acordo de colaboração do tenente-coronel.

Cid nega ter enviado as mensagens - em áudio e por escrito. Ele alega que alguém teria gravado as conversas, "sem sua ciência e autorização", e repassado os áudios a Kuntz. Nos diálogos, o tenente-coronel faz críticas a Moraes, ao delegado Fábio Shor, que conduz investigações sensíveis contra Bolsonaro, incluindo o inquérito do golpe, e insinua que as informações prestadas em seu acordo de colaboração premiada estavam sendo distorcidas (ouça todos os diálogos).

Cunha Bueno confirmou que esteve com a mãe de Mauro Cid na Sociedade Hípica Paulista, mas alega que foi um encontro "absolutamente casual e breve". O advogado afirma que, a pedido de Wajngarten, ajudou a família do tenente-coronel com a inscrição da filha dele no torneio interno de hipismo.

"O encontro foi bastante breve, amistoso e absolutamente protocolar, dividindo o agradecimento da Sra. Agnes com os cumprimentos do peticionário pela importante conquista da jovem amazona. Nada para além disso. O encontro na Sociedade Hípica Paulista de fato ocorreu, porém de maneira absolutamente casual e breve", alegou Bueno.

O advogado acrescentou que não conversaram sobre a delação, que ainda não havia sido homologada.

"Diante do integral esclarecimento dos fatos por meio da presente manifestação escrita, que abarca todos os pontos relevantes e necessários à elucidação da matéria, requer-se a dispensa do comparecimento do peticionário à oitiva (...), em homenagem aos princípios da economia e da celeridade processuais", pediu o criminalista.

Moraes vai relatar ação da AGU no Supremo para manter decreto do IOF

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), foi escolhido relator da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) protocolada pela Advocacia-Geral da União (AGU) para reconhecer a

validade do decreto editado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para aumentar as alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

Moraes vai comandar o caso porque já atua como relator de dois processos que tratam do assunto. As ações foram protocola-

das pelo PL e pelo PSOL. Não há data para decisão do ministro.

A questão também é discutida em uma ação protocolada, na sexta-feira passada pelo PSOL. A legenda sustenta que a Constituição autoriza o Congresso a sustar medidas do Executivo. Contudo, a suspensão só pode

ocorrer nos casos em que houver exorbitância do poder regulamentar do presidente da República.

Segundo o partido, o decreto apenas alterou as alíquotas do IOF, "não havendo qualquer desrespeito ao limite de atuação normativa".

ÁGUA

Brasil tem 241 barragens com riscos de segurança, aponta ANA

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), lançou ontem a edição de 2024-2025 do Relatório de Segurança de Barragens (RSB). O documento, apresentado em uma transmissão pelas redes sociais, mapeou 241 barragens com prioridade da gestão de risco, já que os responsáveis por esses empreendimentos, segundo a análise, não cumpriram todos os requisitos de segurança exigidos na Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB).

"Em caso de acidente com essas estruturas, há risco a pessoas ou a equipamentos importantes, que podem comprometer o fornecimento de serviços essenciais. Essas barragens que necessitam de maior atenção estão em 24 unidades da Federação e não foi apresentado levantamento de barragens prioritárias na Paraíba, Paraná e Roraima", informou a ANA. A maior parte dessas barragens (96) prioritárias pertencem a empresas privadas, seguida de empreendedores públicos (39) e sociedades empresariais de economia mista (10). Outras 94 barragens não possuem informação sobre os responsáveis. As principais finalidades dessas barragens são regularização de vazão (23,7%), disposição de rejeitos de mineração (21,2%), irrigação (16,6%), abastecimento humano de água (12,9%), aquicultura (7,1%), entre outros.

◆ Ao todo, cerca de 28 mil barragens estão cadastradas no Siste-

ma Nacional sobre Segurança de Barragens, sendo 97% para acumulação de água e uso preponderante para serviços de irrigação (36%). O número representa um crescimento de 8,2% do total de cadastros de barragens em um ano. Desse total, 6.202 barragens (22%) foram enquadradas nas características estabelecidas no âmbito da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB).

As barragens que se enquadram na PNSB (Lei nº 12.334/2010), segundo a ANA, são aquelas que possuem pelo menos uma das seguintes características: capacidade total maior que 3 milhões de metros cúbicos, reservatório que contenha resíduos perigosos, Dano Potencial Associado (DPA) médio ou alto que envolve riscos de perdas humanas - ou altura do maciço (parede) da barragem maior que 15 metros.

Mais da metade das barragens cadastradas (14.878) tem seu enquadramento à PNSB indefinido. Essa falta de informação, aponta o relatório, "dificulta a fiscalização pelo Poder Público sobre as exigências quanto à gestão da segurança determinadas pela Política Nacional de Segurança de Barragens". Outras 7.005 (25%) não estão enquadradas na PNSB.

ACIDENTES E INCIDENTES

De acordo com o relatório, foram reportados 24 acidentes e 45 incidentes com barragens no Brasil no ano passado, com registro de duas vítimas fatais e danos diversos, incluindo destruição de vias públicas, rompimento de

pontes, danos a residências, desaparecimento de animais, interdição de estradas e vias e danos ambientais.

Segundo a PNSB, acidentes se caracterizam pelo comprometimento da integridade estrutural da barragem, resultando em colapso total ou parcial da estrutura. Já os incidentes afetam o comportamento da barragem ou estruturas anexas, que podem vir a causar acidentes caso não sejam sanados.

Entre as principais causas de danos à estrutura nos 24 acidentes, a maioria (16) está ligada a eventos de cheia ou chuvas. Houve 21 rupturas de barragens no ano passado, sendo que em mais da metade das ocorrências (13) eventos climáticos extremos estiveram associados.

O Rio Grande do Sul, que viveu a pior tragédia climática da sua história com as enchentes de 2024, foi palco de ao menos 21 incidentes e 3 acidentes com barragens, segundo o relatório.

FISCALIZAÇÕES

Em 2024, órgãos de fiscalização realizaram 2.859 diligências de campo, número 7% menor em relação ao registrado no relatório de 2023. Já o número de fiscalizações documentais atingiu 3.162 procedimentos. Uma das explicações para essa redução é o número insuficiente de profissionais que atuam no trabalho de fiscalização. Dos 33 órgãos fiscalizadores federais, estaduais e municipais, há 356 profissionais envolvidos, sendo que sendo 169 (48%) exclusivamente dedicados à segurança de barragens e ou-

tros 180 (52%) trabalhadores que dividem essa atuação com outras atividades. "Em 28 dos 33 órgãos fiscalizadores (85%), o trabalho na temática de segurança de barragens é realizado com equipes aquém do recomendado, tornando necessário um incremento nesses quadros com profissionais especialmente com dedicação exclusiva", diz o relatório.

ORÇAMENTO

O relatório também aponta a inexistência de uma rubrica específica no orçamento fiscal da União e dos estados para a segurança de barragens. Essas ações de segurança estão incluídas em gastos relacionados à infraestrutura hídrica. Em 2024, os valores orçamentários previstos e realizados em segurança de barragens foi de aproximadamente R\$ 272 milhões, sendo 28% da esfera federal e 72% da esfera estadual, números superiores ao de 2023. Porém, o valor efetivamente pago no passado foi cerca R\$ 141 milhões, apenas 52% do previsto, sendo 48% executado pelo governo federal e 52% executadas pelos estados.

"Os totais apresentados neste relatório são apenas estimativas e um indicativo de tendências, mas não podem ser interpretados como valores absolutos investidos em segurança de barragens. Ressalta-se que não existe, até o momento, discriminação do quantitativo de recursos destinados a fiscalizações, elaboração de Planos de Segurança de Barragens, capacitações, gestão, entre outros", aponta o documento.

RAYSSA MOTTA
E FAUSTO MACEDO/AE

O coronel Marcelo Câmara negou ontem, em depoimento à Polícia Federal, em Brasília, ter conversado com o tenente-coronel Mauro Cid, diretamente ou por terceiros, para interferir na delação dele.

Câmara negou categoricamente qualquer ato de obstrução de Justiça, disse que não procurou o ex-ajudante de ordens e alegou que cumpriu todas as medidas cautelares impostas pelo STF.

Os advogados Mario Papaterra Limongi e Gustavo Neno Altman, que acompanharam o coronel, disseram que o depoimento "foi uma ótima oportunidade para que ele pudesse reiterar que nunca procurou Mauro Cid para tratar de sua delação".

"O coronel sempre cumpriu com todas as obrigações que lhe foram impostas pelo STF e aguarda agora decisão sobre seu pedido de soltura", informaram os advogados.

O coronel está preso preventivamente desde que seu advogado na ação da trama golpista, Eduardo Kuntz, apresentou ao Supremo Tribunal Federal (STF) mensagens que alega ter trocado com Mauro Cid. As conversas foram usadas para pedir a anulação do acordo de colaboração do tenente-coronel.

Marcelo Câmara foi ouvido em um inquérito aberto por ordem do ministro Alexandre de Moraes para verificar se houve obstrução de Justiça.

Os advogados Paulo Amador Cunha Bueno, que há dois anos defende o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), Fábio Wajngarten, ex-assessor de Bolsonaro, e Eduardo Kuntz também presam depoimento nesta terça.

Mauro Cid alega que os três fizeram contatos com a mulher, a mãe e a filha menor de idade dele para tentar conseguir informações sobre o acordo de colaboração premiada e, com isso, "interferir nas investigações em andamento".

Nota

VACINA COM PROTEÇÃO AMPLIADA CONTRA MENINGITE COMEÇA A SER OFERTADA NO SUS

A dose de reforço da vacina contra a meningite, indicada para bebês aos 12 meses, passa a ser aplicada com o imunizante ACWY na rede pública de saúde. A atualização amplia a proteção contra mais sorotipos do meningococo, bactéria responsável por quadros graves da doença. Até agora, o esquema vacinal no SUS oferecia duas doses da vacina meningocócica do tipo C, aplicadas aos três e cinco meses de idade, e uma dose de reforço com o mesmo imunizante aos 12 meses. Com a mudança, essa última dose passa a ser aplicada com a vacina ACWY, que amplia a proteção contra a meningococo: além de imunizar contra o tipo C, ela também protege dos subgrupos A, W e Y.

VIOLÊNCIA

Sindicatos cobram de autoridades ações contra ataques a ônibus

Entidades patronais do transporte público em São Paulo cobraram do governo estadual e da Prefeitura de São Paulo providências para apurar os casos de vandalismo contra ônibus e de proteção de passageiros e funcionários que trabalham nas linhas. As organizações se pronunciaram em carta endereçada ontem à Secretaria Municipal de Segurança Pública, ao prefeito Ricardo Nunes e à Secretaria da Segurança Pública (SSP).

Na mensagem encaminhada às autoridades governamentais, o Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de São Paulo (SPURbanuss), que representa as concessionárias de transporte de passageiros da cidade, relata que as investidas já provocam medo, tanto em passageiros como em trabalhadores, "diante da constante ameaça de serem vítimas de apedrejamentos ou agressões semelhantes".

A carta menciona que os ataques aconteceram nas últimas semanas e que, apesar disso, até o momento, não foi levantada hipótese sobre a motivação por trás dos episódios nem "causa declarada".

O SPURbanuss pede reforço no policiamento, sobretudo em paradas de ônibus, corredores e terminais, "onde costumeiramente ocorrem os ataques". A direção do sindicato pediu, ainda, reunião com porta-vozes das duas pastas.

Em nota de repúdio com teor idêntico ao do SPUBanuss, o Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo do ABC também exigiu medidas urgentes para responsabilizar os autores dos crimes.

A entidade entende que "atos de violência e vandalismo são inaceitáveis sob qual-

quer justificativa e representam um atentado direto ao direito de ir e vir da população, especialmente das pessoas que utilizam o transporte público como principal meio de locomoção para o trabalho, estudo e outras atividades do dia a dia".

De acordo com informações da prefeitura, entre 12 e 30 de junho, 179 veículos do sistema municipal foram depredados. A orientação dada pela SPTrans foi a de que as concessionárias, ao tomar conhecimento de algum caso, comuniquem imediatamente os detalhes à Central de Operações e prestem queixa à Polícia Civil.

Em informe encaminhado à Agência Brasil, a SSP informou que o efetivo em determinadas áreas já foi fortalecido e que a 6ª Delegacia da Divisão de Investigações sobre Crimes contra o Patrimônio (Disccpat), do Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic), está comandando a investigação.

"A Divisão de Crimes Cibernéticos (DCCiber) também está envolvida nas investigações, para monitorar a atuação dos criminosos em plataformas digitais. Paralelamente, o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) vai se reunir com representantes das empresas de transporte para discutir estratégias para o enfrentamento das ações criminosas", disse a SSP.

O Metrô de São Paulo e a ViaMobilidade foram procurados pela reportagem para informar se houve oscilação no fluxo de passageiros como resultado de eventual esvaziamento das linhas de ônibus, que possam atribuir à onda de violência, e aguarda as manifestações

Publicitário agredido durante assalto morre

POR FABIO GRELLET/AE

O publicitário Adriano Campos Pedreira, de 37 anos, morreu no domingo passado, praticamente três semanas após ser agredido durante um assalto na Barra Funda, na zona oeste da capital paulista. Ele foi sozinho para casa, dormiu e entrou em coma, sendo em seguida internado na Santa Casa, na Vila Buarque, na região central. Os criminosos não foram identificados.

Por volta de 0h30 do dia 8, uma segunda-feira, Pedreira atravessou a passarela que liga as ruas Sousa Lima e Luigi Greco, sobre os trilhos da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), nas imediações da Estação Barra Funda da CPTM. Durante o trajeto, ele foi abordado por um grupo de assaltantes, que roubaram o celular de Pedreira e o

agrediram.

O publicitário chegou em casa nervoso e com dores pelo corpo, tomou remédio e foi dormir. Como demorava para acordar, a família foi verificar e constatou que ele não dava sinais de vida. Chamou então uma ambulância, que levou o rapaz para a Santa Casa. No hospital foi constatado que ele estava em coma, situação que perdurou até sua morte.

Em nota divulgada no dia 24, a Secretaria da Segurança Pública informou que o caso está sendo investigado pela 1ª Central Especializada de Repressão a Crimes e Ocorrências Diversas (Cerco), situada na Sé, na região central. "Testemunhas foram ouvidas e imagens de câmeras de vigilância foram coletadas e estão sendo analisadas pelas equipes de investigação com o objetivo de identificar e prender os envolvidos", informou então a pasta.

Nota

PEDÁGIOS NAS RODOVIAS DE SÃO PAULO FICAM MAIS CAROS

Trafegar pelas rodovias concedidas à iniciativa privada em São Paulo ficou mais caro ontem. A Agência de Transportes do Estado de São Paulo (Artesp), órgão do governo estadual, autorizou um reajuste médio de 5,31% nas tarifas de pedágio. Há exceções: algumas concessionárias, como a Eixo SP, já reajustaram os pedágios este ano. E na concessão da Entrevias, que abrange estradas do centro-oeste paulista, o aumento vigora a partir da zero hora do próximo dia 6. Conforme a Artesp, o reajuste é para cobrir a inflação. Resulta da aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) entre junho de 2024 e maio de 2025 prevista em contrato. A mudança deve impactar diretamente, além de motoristas, passageiros de ônibus intermunicipais, já que o aumento do pedágio tem impacto nas passagens de ônibus.

DESIGUALDADE

Espanha e Brasil propõem na ONU taxaçoão dos super-ricos

PEDRO LIMA/AE

Brasil e Espanha lançaram nesta semana, durante conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) em Sevilha, uma proposta para a criação de um sistema global de tributação voltado aos super-ricos. A ideia é que os mais ricos do mundo passem a pagar proporcionalmente mais impostos, numa tentativa de enfrentar o avanço da desigualdade de renda.

"A desigualdade é um proble-

ma em todos os lugares, e os mais ricos pagam menos do que a classe média, até menos do que os contribuintes de baixa renda", disse o secretário de Estado da Fazenda da Espanha, Jesús Gascón. O comunicado divulgado pela ONU destaca que a parcela mais rica da população mundial, o 1% do topo, concentra mais riqueza do que os 95% restantes somados.

A proposta inclui medidas como o fortalecimento da troca de informações fiscais entre países, combate a brechas legais e

criação de mecanismos de cooperação técnica e análise de dados. Os dois governos também admitem que estão avaliando a possibilidade de um registro global de riqueza, medida que demandaria "tempo, vontade política e esforços nacionais significativos", diz o texto.

Para o Brasil, a ofensiva internacional não deve ser confundida com uma pauta ideológica. "Não se trata de uma agenda de esquerda radical. Esta é uma iniciativa moderada para enfrentar uma realidade muito radical", afirmou

o ministro-conselheiro do País na ONU, José Gilberto Scandiucci.

O plano conta com apoio político do G20, que em 2024 firmou um compromisso inicial para discutir uma agenda tributária voltada a pessoas de alta renda. Um cronograma de três meses está sendo preparado para reunir mais países e entidades internacionais em torno da proposta. Segundo Gascón, a viabilidade da iniciativa dependerá de "vontade política" e da disposição dos países de "agir dentro de suas possibilidades".

INDONÉSIA

Governador admite que o Monte Rinjani tem infraestrutura precária

O governador de West Nusa Tenggara, local onde fica o Monte Rinjani, na Indonésia, divulgou uma carta aberta aos brasileiros em suas redes sociais reconhecendo as falhas no resgate da brasileira Juliana Marins.

Segundo Lalu Iqbal, desde o primeiro momento em que o governo foi informado do acidente, o time de resgate agiu com urgência e dedicação.

"Reconhecemos que o número de profissionais certificados em resgate vertical ainda é insuficiente e que nossas equipes ainda não dispõem dos equipamentos avançados necessários para missões desse tipo. Também percebemos que a infraestrutura de segurança ao longo das trilhas do Rinjani precisa ser aprimorada", disse o governador Lalu Iqbal.

Juliana caiu enquanto fazia

uma trilha na borda do vulcão. Ela esperou resgate por alguns dias, mas quando a equipe finalmente conseguiu chegar ao local onde ela estava, constatou que a brasileira havia morrido.

Segundo ele, apesar dos "esforços extraordinários" do time de resgate, as operações foram desafiadas significativamente pelas forças na natureza.

"A névoa espessa e a chuva persistente dificultaram os es-

forços de resgate desde o primeiro dia. O terreno arenoso próximo ao local representava um risco extremo para os dois helicópteros que foram disponibilizados", disse Iqbal.

O governador também destacou o trabalho das equipes de resgate que, segundo ele, colocaram sua própria segurança em risco. "Na nossa cultura, aqueles que entram na nossa terra são considerados família".

EUA

Senado aprova lei orçamentária de arrocho econômico de Trump

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, obteve uma vitória importante ontem, com a aprovação apertada no Senado de seu colossal projeto de lei orçamentária, que inclui isenções fiscais, cortes na saúde e financiamento para sua política anti-imigração.

Republicanos esperam que o projeto se torne a peça central do segundo mandato de Trump, reorientando drasticamente o papel do governo federal e anulando muitas das realizações do governo Joe Biden.

A lei "grande e bela", como Trump a apelidou, retornará agora à Câmara, onde enfrenta resistência de democratas e de muitos republicanos que se opõem a cortes drásticos na saúde, nos subsídios para energia renovável e nos programas de auxílio alimentar para os pobres. Trump estabeleceu o dia 4 de julho como prazo simbólico para sancioná-la.

A lei foi o estopim para a crise entre o presidente e seu até então fiel assessor Elon Musk.

O projeto foi aprovado por 51 votos a 50. Três republicanos, os senadores Susan Collins do Maine, Thom Tillis da Carolina do Norte e Rand Paul de Kentucky juntaram-se a todos os Democratas votando contra, forçando o vice-presidente JD Vance a emitir o voto de minerva.

A aprovação ocorreu após uma batalha de debates, votações e negociações que durou mais de 24 horas, com os líderes partidários trabalhando de segunda-feira até a manhã desta terça-feira reunindo-se com os Republicanos reticentes - particularmente a Senadora Lisa Murkowski do Alasca.

No final, ela apoiou a legislação depois que os líderes do Partido Republicano a rechearam com vantagens para o seu Estado, incluindo uma provisão destinada a proteger o Alasca de alguns dos impactos mais duros do projeto.

O projeto estenderia cerca de

US\$ 3.8 trilhões em cortes de impostos promulgados durante o primeiro mandato de Trump em 2017, forneceria dezenas de bilhões de dólares em novos fundos para segurança de fronteiras e militares, e incluiria versões das promessas de campanha do presidente de não taxar gorjetas e horas extras.

Os Republicanos aclamaram o triunfo legislativo. Mas o produto que estão avançando causou uma considerável angústia em suas bases, em ambas as casas, e ainda enfrenta resistência na Câmara, que deve dar a aprovação final antes que possa ir para que Trump assinie.

Nos dias que antecederam a votação no Senado, vários Republicanos criticaram publicamente o plano antes de votarem para aprová-lo. O processo de passá-lo pela Câmara foi notavelmente bagunçado, com os Republicanos quebrando antigas regras de orçamento, fechando acordos paralelos e negociando com os céticos até o último momento.

A votação no Senado representou um risco político para os Republicanos, que abraçaram o projeto apesar de consideráveis reservas em seus filiados sobre uma medida que aumentaria o déficit e cortaria programas federais vitais incluindo o Medicaid - e que pesquisas mostram ser profundamente impopular com os eleitores.

No final, impulsionados pelo medo de contrariar Trump e permitir que um aumento de imposto acontecesse no final do ano, eles se reuniram em torno da medida - por pouco.

As mudanças que os senadores fizeram em uma versão do projeto aprovada pela Câmara em maio aumentaram o custo do pacote enquanto também preparavam cortes mais profundos que levariam mais americanos a perder a cobertura de seguro saúde. Isso alienou os dois polos do partido - os falcões fiscais preocupados com os déficits crescentes e os Republica-

nos tradicionais cautelosos em dismantelar a rede de proteção social - complicando seu caminho no Senado e ameaçando suas perspectivas na Câmara.

Isso adicionaria pelo menos US\$ 3.3 trilhões à já inchada dívida nacional ao longo de uma década, disse o Escritório Orçamentário do Congresso no domingo - um custo que supera em muito o preço de US\$ 2.4 trilhões da versão aprovada na Câmara.

Para compensar o custo, a legislação cortaria cerca de US\$ 1 trilhão do Medicaid, o programa federal de seguro de saúde para indivíduos de baixa renda e pessoas com deficiência, e outros programas de saúde. Também cortaria o SNAP, o programa de assistência nutricional suplementar contra a fome, anteriormente conhecido como vale-alimentação. Quase 12 milhões de pessoas perderão a cobertura de saúde se o projeto se tornar lei, segundo o Escritório de Orçamento do Congresso, uma entidade apartidária.

Os republicanos declararam que sua legislação ajudaria os eleitores da classe trabalhadora que levaram Trump à Casa Branca e o partido Republicano ao controle unificado do Congresso nas eleições de novembro.

O projeto aumenta o crédito fiscal por filho e adiciona um bônus à dedução padrão para idosos, uma medida inspirada na promessa de campanha de Trump de parar de taxar os benefícios da Previdência Social. Também criaria contas de poupança para recém-nascidos com um aporte inicial de US\$1.000 de dinheiro dos contribuintes e permitiria que compradores de carros fabricados nos EUA deduzissem até US\$10.000 em juros de empréstimo de carro

Mas, além desses floreios populistas, a medida é marcadamente regressiva. Os 10% das famílias com as menores rendas ficariam pior, em média,

US\$1.600 por causa dos cortes de benefícios, segundo a análise da versão da Câmara do projeto pelo Escritório de Orçamento do Congresso. Os 10% das famílias com as maiores rendas ficariam melhor, em média, \$12.000.

A legislação tornaria permanentes um trio de deduções fiscais corporativas que facilitariam para as empresas investir em pesquisa e comprar equipamentos novos.

Combinado com o impacto das tarifas de Trump - que a Casa Branca argumentou que ajudaria a pagar pelos cortes de impostos do projeto e novos gastos - os 80% inferiores das famílias veriam suas rendas líquidas diminuir, segundo o Yale Budget Lab.

"A maneira correta de entender este projeto é como a maior transferência de riqueza dos americanos mais pobres para os mais ricos na história moderna", disse Natasha Sarin, presidente do Laboratório de Orçamento.

Os quase US\$170 bilhões no projeto para financiar a repressão de Trump à fronteira e imigração seriam uma das maiores somas já gastas em segurança nacional, e aproximadamente US\$160 bilhões iriam para o Departamento de Defesa, parcialmente para o sistema proposto de defesa de mísseis continentais "Domoe de Ouro" de Trump.

O pacote foi um dos principais motivos para a briga pública entre o bilionário Elon Musk e o presidente no fim de maio. Segundo Musk, o projeto de Trump aumentará os gastos públicos e poderá levar o EUA à falência. Ontem, o homem mais rico do mundo afirmou que vai apoiar nas eleições primárias adversários dos parlamentares que votarem a favor do projeto de lei orçamentária.

O bilionário ainda defendeu a criação de um novo partido, o "Partido da América" - declarações que fizeram Trump subir o tom e ameaçar cortar subsídios aos negócios geridos pelo ex-aliado.